## CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

REQUERIMENTO N° , DE 2014.

(do Sr. Ronaldo Caiado)

Solicita que seja realizada audiência pública com o objetivo avaliar o conflito entre o MST e a PMDF, ocorrido em manifestação nesta Capital, no dia 12 de fevereiro último.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, § 2°, V da Constituição Federal e dos arts. 24, VII, 32, XVI, e 255 a 258 do Regimento Interno, ouvido o plenário desta Comissão, que seja realizada audiência pública com objetivo de esclarecer os motivos que culminaram no conflito entre o Movimento dos Trabalhadores Sem-terra e a Polícia Militar do Distrito Federal, no último dia 12 de fevereiro.

## JUSTIFICATIVA

A batalha campal entre as forças de segurança pública do Distrito Federal e manifestantes do Movimento dos Trabalhadores Sem-terra, deflagrada por ocasião de passeata do MST na esplanada dos ministérios, deixou dúvidas acerca dos verdadeiros objetivos de tal ato.

O saldo do conflito verificado entre o MST e a PMDF foi de mais de trinta policiais militares feridos a golpes de pauladas e pedradas, quando, pelas imagens registradas pela imprensa, tentavam impedir uma tentativa de invasão dos manifestantes a prédios públicos e representações diplomáticas de nações amigas. A insanidade foi tamanha que a turba tentou entrar à força nos órgãos máximos dos poderes Executivo e Judiciário.

Superada a balbúrdia, no dia seguinte, para espanto daqueles que acreditam que a legalidade e a ordem devem ser zeladas pelas autoridades públicas, uma representação dos arruaceiros foi recebida pela Presidência da República. Não bastasse o contrassenso, o Ministro-



Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Sr. Gilberto Carvalho, acusou os militares de truculência na ação realizada com o intuito de impedir a invasão de prédios públicos.

Destarte, torna-se mister que os envolvidos no conflito, a saber: representantes do MST, o Comandante da PMDF, o Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República e testemunhas da imprensa que cobriram o evento compareçam a esta comissão a fim de participar da audiência pública requerida.

Esta iniciativa procura estabelecer parâmetros de comportamento entre manifestantes e Poder Público. Não se pode aceitar que a Praça dos 3 Poderes, em plena região central da Capital da República, se transforme em praça de guerra para a satisfação política e social de quaisquer que sejam os setores da sociedade.

Sala da Comissão, em de de 2014.

Deputado Ronaldo Caiado DEM/GO